

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQES], 2010.
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

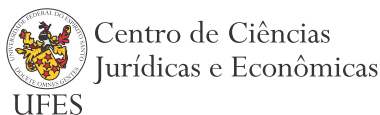
Realização



Patrocínio



Apoio



Parceiros



Agência Oficial



Organização



Programa de Avaliação do Grau de Aderência dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário (MoReq-Jus).

Neide A. D. De Sordi
Diretora – Executiva do
Departamento de Pesquisas Judiciárias do
Conselho Nacional de Justiça

Resumo

Apresenta o relato das ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na implantação do Selo MoReq-Jus - Programa de Avaliação do Grau de Aderência dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário (MoReq-Jus), Projeto que integra o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

O desenvolvimento do Programa de Avaliação está previsto na Resolução CNJ n. 91/2009, que prevê ainda que, até 2014, os tribunais terão que fazer adaptações dos seus sistemas legados para que sejam aderentes ao MoReq-Jus e que os novos sistemas deverão ser desenvolvidos aderentes a esse Modelo.

O Programa de Avaliação está sendo desenvolvido pelo CNJ com o apoio de consultoria do CPqD e de um grupo de trabalho constituído por especialistas das áreas de Tecnologia de Informação e de Gestão Documental de instituições do Poder Judiciário, irá possibilitar, além da avaliação externa, a auto-avaliação de conformidade dos softwares pelos próprios tribunais.

O Selo MoReq-Jus garantirá a confiabilidade dos sistemas em uso no Judiciário e o alinhamento dos mesmos em relação ao cumprimento das determinações constitucionais de gestão e preservação de documentos institucionais; às diretrizes e especificações técnicas que orientam a aquisição, a especificação e o desenvolvimento dos sistemas que produzem, recebem, armazenam e possibilitam o acesso e a destinação dos processos e de outros

documentos em suporte digital e não-digital e às diretrizes para a integração de sistemas.

O Selo MoReq-Jus se integra a um conjunto de iniciativas do CNJ no sentido de dotar o Poder Judiciário de uma política nacional de gestão documental, bem como dos instrumentos para a operacionalização Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

As diretrizes e os instrumentos do Proname estão sendo desenvolvidos pelo seu Comitê Gestor, integrado por representantes dos diversos segmentos do Judiciário. Entre esses instrumentos, merecem destaque a definição da temporalidade de guarda dos processos judiciais com trânsito em julgado, funcionalidade que integrará o sistema gestor de tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário; o Fluxo para seleção e a destinação de processos judiciais; a Lista de verificação de pendências impeditivas de baixa definitiva de processos; o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário, bem como os treinamentos de multiplicadores em gestão documental.